



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 14255901/2020-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000252/2020-36

PROJETO BÁSICO

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO)

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de TESTES DE FUNCIONALIDADE e MANUTENÇÕES CORRETIVAS com fornecimento de peças para os equipamentos de fabricação da empresa *Life Technologies Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda* pertencente ao grupo empresarial *Thermo Fischer Scientific*, quais sejam: duas unidades de Analisadores Genéticos, ambos do modelo ABI 3500, instalados no laboratório da Área de Perícias em Genética Forense-APGEF do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal (PF). Os serviços serão realizados conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. TESTES DE FUNCIONALIDADE (*PERFORMANCE CHECK*): Averiguação de todas as funcionalidades e calibrações dos equipamentos de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo fabricante, visando o funcionamento adequado dos equipamentos.

1.1.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Qualquer tarefa relacionada ao reparo de defeito de quaisquer itens dos equipamentos, quando o defeito impactar na produção normal do sistema, seja ele causado por operação anormal do sistema ou por desgastes de peças.

**Tabela 01- Descrições/Quantidade dos equipamentos e tipos e quantidade de manutenções**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE DE EVENTOS DE TESTES DE FUNCIONALIDADE	QUANTIDADE DE MANUTENÇÃO CORRETIVA
1	Serviços de testes de funcionalidade e manutenção corretiva no Analisador Genético ABI 3500	1	01	01
2	Serviços de manutenção corretiva no equipamento Analisador Genético ABI 3500	1	Não se aplica	01

\* A CONTRATAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR LOTE, QUE COMPREENDE OS ITENS 1 E 2 DA TABELA 1 DESTA PROJETO BÁSICO.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, pois apesar de sua complexidade técnica, a metodologia é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração.

1.3. Os quantitativos e respectivas descrições dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Tarefa, ou seja, serão pagas à CONTRATADA o Testes de Funcionalidade e manutenções corretivas efetivamente executadas.

1.5. O prazo de vigência desta prestação de serviços é de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1- Justificativa para contratação dos serviços

2.1.1. No processamento das amostras biológicas e análise genética, os equipamentos elencados são essenciais e imprescindíveis. Os equipamentos objetos deste Projeto Básico são de uso contínuo e diário. As interrupções do funcionamento desses equipamentos inviabilizam o funcionamento do laboratório e a elaboração dos exames periciais em DNA dos mais variados casos de competência e participação da Polícia Federal, causando prejuízos para os procedimentos processuais e pré-processuais penais.

2.1.2. A necessidade de manutenção desses equipamentos é permanente dada a essencialidade do uso de tais equipamentos para a elaboração dos Laudos periciais de genética forense e a grande quantidade de amostras processadas nos casos de competência da Polícia Federal. Tal quantidade de amostras possui tendência de vultoso aumento em virtude da operacionalização da Lei 12.654/2012 (que altera as Leis nº 12.037/2009 – Lei de Identificação Criminal, e 7.210/984 – Lei de Execução Penal) para a genotipagem de pessoas, como forma de identificação criminal.

2.1.3. Ressalta-se que desde o ano de 2016 existem registros da necessidade de um contrato de manutenção preventiva e corretiva dos nossos ABIs 3500. Nesse sentido fora planejado e, no ano de 2017, montado um processo licitatório para atendimento a esta demanda, de natureza crítica para o laboratório.

2.1.4. Não obstante até a presente data e por diversas razões, expostas pormenorizadamente na a Informação nº 13949568/2020-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF, Documento SEI 13949568, não logramos êxito nesta contratação.

2.1.5. Na data corrente permanece a necessidade outrora detectada, registrada e tratada. Pelo menos por meio de reiteradas, mas desgastantes e infrutíferas tentativas. Chegamos, portanto, ao ano de 2020, a uma situação limite: interrupção de funcionamento do único laboratório de DNA da Polícia Federal devido à pane em ambos os equipamentos. Ressalta-se que um dos equipamentos ficou inoperante apenas bem recentemente, mas o outro já se encontrava avariado e fora de uso há cerca de dois anos, fato que, lamentavelmente, poderia até acarretar danos ainda mais graves e onerosos para um equipamento desta natureza. Trata-se de um relevante custo de oportunidade do capital outrora investido em equipamentos de elevadíssimo valor agregado, problemática que pode ser atenuada pela execução de manutenções corretivas para ambos os equipamentos e de Testes de Funcionalidade (performance-check) para o caso deste último equipamento.

2.1.6. Isto posto, faz-se necessária a contratação de serviços especializados tendo em vista o término da garantia.

### 2.2. Justificativa para o quantitativo necessário

2.2.1. TESTES DE FUNCIONALIDADE (*PERFORMANCE CHECK*): O quantitativo previsto é de 01 (um) evento de TESTES DE FUNCIONALIDADE para o equipamento do Item 1 da Tabela 1, no período de vigência deste Projeto Básico. Este quantitativo configura o mínimo necessário para evitar quaisquer panes inesperadas que venham a impactar negativamente as atividades do laboratório. O equipamento do Item 2 da Tabela 1 não necessita destes testes, tendo em vista que esta manutenção já foi anteriormente realizada.

2.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: A necessidade de MANUTENÇÕES CORRETIVAS é algo subjetivo e não programável. Os equipamentos elencados são de uso diário e contínuo, o que aumenta a probabilidade de panes parciais ou total. Deste modo, para assegurar a não solução de continuidade das atividades laboratoriais, este Projeto Básico contempla os seguintes quantitativos de manutenções corretivas: Para o equipamento do Item 1: 01 (uma) intervenção de MANUTENÇÃO CORRETIVA para o período de vigência deste Projeto Básico. Para o equipamento do Item 2: também 01 (uma) intervenção de MANUTENÇÃO CORRETIVA para o mesmo período de vigência.

### 2.3. Justificativa para escolha do fornecedor

O modelo das duas unidades do equipamento, objeto do Testes de Funcionalidade e manutenções corretivas previstas neste Projeto Básico, são de fabricação da empresa *Life Technologies Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda* pertencente ao grupo empresarial *Thermo Fischer Scientific*, que realiza tais serviços em caráter de exclusividade.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação dos serviços de Testes de Funcionalidade (*Performance Check*) e Manutenção Corretiva em uma unidade do equipamento Analisador Genético modelo ABI 3500; e uma manutenção corretiva para outra unidade do mesmo modelo de equipamento, nas condições e quantidades propostas neste Projeto Básico, no prazo de vigência pactuado.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação inexigibilidade licitatória, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A CONTRATADA deverá ter capacidade técnica e econômica para a execução dos serviços. Deverá possuir em seu quadro técnico, pessoal suficientemente qualificado, de acordo com os parâmetros fornecidos pelo fabricante do equipamento.

5.1.2. A CONTRATADA deverá ser capaz de atender as demandas avulsas, pois tal aquisição caracteriza-se por serviço não continuado.

5.1.3. A CONTRATADA deverá adotar critérios e práticas sustentáveis na execução dos serviços, inclusive no descarte adequado de peças e insumos eventualmente substituídos durante as manutenções)

5.1.4. A CONTRATADA deverá realizar os serviços nos prazos solicitados e na vigência pactuada

5.1.5. A CONTRATADA, deverá transmitir conhecimento e técnicas, caso houverem, que permitam uma manutenção simplificada para solução de pequenas panes que eventualmente possam ocorrer no uso cotidiano do equipamento e que não necessite auxílio técnico especializado.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

### 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00 horas

6.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços de TESTES DE FUNCIONALIDADE e MANUTENÇÃO CORRETIVA deverão ser executados em Lote, ou seja, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços compreendido na Tabela 1 deste Projeto Básico.

7.1.2. Os serviços de testes de funcionalidade e manutenções corretivas dos equipamentos (Itens 1 e 2) da Tabela 1, deverão ser prestados no Laboratório de Genética Forense (Laboratório de DNA) da Polícia Federal (PF), localizado no Instituto Nacional de Criminalística, localizado na SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília - DF, tel. (61) 2024-9738, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas, mediante agendamento prévio com 10 (dez) dias de antecedência.

7.2. A execução dos serviços será iniciada após a emissão da ordem de serviço pela contratante, na forma que segue:

**7.2.1. TESTES DE FUNCIONALIDADE:** está previsto somente 01 (um) evento de Testes de Funcionalidade para o equipamento Analisador Genético do Item 1 para o período de vigência do Projeto Básico. O Teste de Funcionalidade consiste nos serviços e também na possibilidade de substituição de peças.

#### 7.2.1.1. SERVIÇOS:

7.2.1.1.1. Os serviços relativos à Testes de Funcionalidade deverão garantir o perfeito funcionamento do equipamento em sua plenitude dentro dos parâmetros exigidos pelo fabricante, não sendo focada apenas na substituição de peças ou componentes e não se limitando somente aos serviços então executados na ocasião dos próprios Testes de Funcionalidade. O agendamento desta espécie de manutenção, dar-se-á através de comunicação via correio eletrônico (e-mail), com no mínimo 10 (dez) dias corridos de antecedência, podendo ser antecipada ou postergada, a critério da CONTRATANTE, obedecendo também o mesmo prazo de antecedência. Estes serviços deverão contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

7.2.1.1.1.1. Inspeção e testes de operacionalidade e precisão de acordo com os padrões nominais do fabricante

7.2.1.1.1.2. Serviços de regulação completa, objetivando manter o equipamento dentro dos parâmetros exigidos pelo fabricante;

7.2.1.1.1.3. Ajuste e calibração (*performance check*), de acordo com as normas técnicas de fabricação do equipamento;

7.2.1.1.1.4. Limpeza e, quando aplicável, lubrificação dos componentes que interferem diretamente no funcionamento do equipamento;

7.2.1.1.1.5. Instrução e orientação aos usuários quanto aos procedimentos adequados à correta operação

7.2.1.1.1.6. Todas as peças ou componentes que porventura sejam substituídas neste evento deverão ser de primeiro uso (novas), originais ou equivalentes indicados pelo fabricante.

#### 7.2.1.2. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS:

7.2.1.2.1. Trata-se da substituição de peças que habitualmente sofrem maior desgaste, podendo resultar em funcionamento inadequado ou pane dos equipamentos.

7.2.1.2.2. No caso de necessidade de troca de peças ou componentes para realização dos TESTES DE FUNCIONALIDADE, a CONTRATADA deverá fornecer todas as peças necessárias em conformidade com as quantidades e valores apresentados na proposta da CONTRATADA, proposta esta, previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.2.1.2.3. No evento de TESTES DE FUNCIONALIDADE, se identificada a necessidade de substituição de peças não previstas na proposta comercial, a Contratada deverá emitir um Relatório de Diagnóstico, cujo modelo encontra-se disponível no APÊNDICE – II, ou modelo equivalente, com a descrição das peças ou componentes a serem substituídos. Não estará incluso, no valor desta peça ou componente, o valor referente ao serviço propriamente dito. A efetiva autorização para substituição de peças dar-se-á somente após aprovação e assinatura, pela CONTRATANTE, do Relatório de Diagnóstico;

7.2.1.2.4. Ainda sobre a necessidade de substituição de peças ou componentes não previstos em sua proposta inicial, a CONTRATADA deverá formalizar a descrição, quantitativo e valores unitários em proposta comercial posterior, comprovando o valor unitário praticado no mercado.

7.2.1.2.5. Quando da eventual substituição de peça constante de relação presente em sua proposta comercial e no instrumento vinculatório, a CONTRATADA também deverá comprovar seu valor unitário praticado no mercado.

7.2.1.2.6. A CONTRATADA terá direito ao pagamento referente às despesas de fornecimento de peças somente após a anuência da CONTRATANTE. Para o pagamento dos valores das peças, serão utilizados como referência os valores constantes da proposta comercial da Contratada, desde que tais valores sejam comprovados como valor vigente praticado no mercado.

**7.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:** ocorrerá quando requisitada (s) pela CONTRATANTE através de solicitação de serviços que poderá ser efetuado através do formulário constante do APÊNDICE I deste Projeto Básico ou através de mensagem eletrônica (e-mail) da CONTRATADA, com no mínimo 10 (dez) dias corridos de antecedência, podendo ser antecipada ou postergada, a critério da CONTRATANTE, obedecendo também o mesmo prazo de antecedência. Esta espécie de manutenção consiste nos serviços e na substituição corretiva de peças danificadas, de acordo com que se segue:

#### 7.2.2.1. SERVIÇOS

7.2.2.1.1. A MANUTENÇÃO CORRETIVA deverá garantir o perfeito funcionamento do equipamento em sua plenitude de performance de acordo com parâmetros do fabricante, não sendo focada apenas nas peças ou componentes substituídos e não se limitando aos serviços então executados na ocasião da própria MANUTENÇÃO CORRETIVA;

7.2.2.1.2. A Solicitação de Serviço demandada pela Contratante deverá ser atendida, pela CONTRATADA, mediante envio de funcionário especializado com capacidade técnica para realização de MANUTENÇÃO CORRETIVA no(s) equipamento(s) com problema(s) de funcionamento. A CONTRATADA deverá fornecer um calendário (item 3 do APÊNDICE – II) o qual deverá constar a previsão de finalização dos serviços, que deverá ser aprovado previamente pela CONTRATANTE.

7.2.2.1.3. Após a finalização da MANUTENÇÃO CORRETIVA, caso necessário, deverão ser efetuados, sem ônus para a CONTRATANTE, ajustes e calibrações para garantir o funcionamento adequado do equipamento de acordo com os parâmetros exigidos pelo fabricante.

#### 7.2.2.2. SUBSTITUIÇÃO CORRETIVA DE PEÇAS

7.2.2.2.1. Trata-se de substituição não programada de peças, visto que somente ocorrerá se porventura ocorrer pane parcial ou total do(s) equipamentos, em decorrência de peças danificadas.

7.2.2.2.2. No caso de necessidade de troca de peças ou componentes para realização do serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA, a Contratada deverá fornecer todas as peças necessárias em conformidade com as quantidades e valores apresentados na proposta da CONTRATADA, proposta esta, previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.2.2.2.3. A cada intervenção para MANUTENÇÃO CORRETIVA, caso haja necessidade de substituição de peças, a Contratada deverá emitir um Relatório de Diagnóstico, cujo modelo encontra-se disponível no APÊNDICE – II deste Projeto Básico, ou modelo equivalente, com a descrição das peças ou componentes a serem substituídos. Não estará incluso, no valor desta peça ou componente, o valor referente ao serviço de manutenção propriamente dito. A efetiva autorização para substituição de peças dar-se-á somente após aprovação e assinatura do Relatório de Diagnóstico pela CONTRATANTE;

7.2.2.2.4. Ainda tratando-se da necessidade de substituição de peças ou componentes no âmbito da MANUTENÇÃO CORRETIVA, a CONTRATADA, deverá formalizar a descrição, quantitativo e valores unitários em proposta comercial, comprovando o valor unitário praticado no mercado.

A CONTRATADA terá direito ao pagamento referente às despesas de fornecimento de peças somente após a anuência da CONTRATANTE. Para o pagamento dos valores das peças, serão utilizados como referência os valores constantes da proposta comercial da Contratada, desde que tais valores sejam comprovados como valor vigente praticado no mercado.

### **8. MODELO DE GESTÃO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

8.1. A contratação será gerida pela Área de Gestão de Contratos da Diretoria Técnico-Científica e a execução, pelo fiscal(is) da execução dos serviços.

8.2. Haverá acompanhamento prévio, mediante Relatórios de Diagnóstico, e durante a execução, através do Relatório de Serviço Técnico.

8.2.1. O Relatório de Diagnóstico permite quantificar o tempo estimado de serviço e respectivos custos. Os serviços somente serão executados somente após aprovação desta espécie de Relatório pela CONTRATANTE.

8.2.2. O evento de TESTES DE FUNCIONALIDADE e cada intervenção para MANUTENÇÃO CORRETIVA deverão ser acompanhadas pela emissão de um Relatório de Serviço Técnico pela CONTRATADA, (modelo no APÊNDICE – III ou similar) com a descrição dos serviços executados e peças substituídas. O Relatório de Serviço Técnico devidamente assinado será, para todos os efeitos, o comprovante dos serviços executados, e será a base de cálculo para efetivo pagamento do serviço prestado. O Relatório de Serviço Técnico deverá conter no mínimo as informações:

8.2.2.1. o diagnóstico inicial do problema;

8.2.2.2. a solução para os problemas encontrados;

8.2.2.3. as peças e materiais porventura substituídos;

8.2.2.4. as descrições das atividades realizadas

8.2.2.5. as condições gerais sobre o resultado da intervenção e sobre o funcionamento pleno do equipamento.

### **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidade necessárias à boa execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado com conhecimentos técnicos na operacionalização e uso dos equipamentos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN SEGES/MP nº 05/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços pretendidos no Projeto Básico;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Identificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da execução, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos ~~básicos~~ suficientes dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da execução dos serviços, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo instrumento vinculatório, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal de execução dos serviços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços.

11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto básico, no prazo determinado.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência da execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução dos serviços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da execução dos serviços;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações e ônus referentes a fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE; e ainda apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;

11.23. Arcar com todos os ônus referentes ao fornecimento de consumíveis e peças de pequena monta, tais como: parafusos, porcas, arruelas e similares;

11.24. Fornecer garantia de todos os serviços de TESTES DE FUNCIONALIDADE e

MANUTENÇÃO CORRETIVA, bem como de peças eventualmente substituídas, por um prazo mínimo de 06 (seis) meses a contar da data do recebimento definitivo do objeto deste Projeto Básico. O prazo de garantia poderá ser inferior ou superior de acordo com o prazo do fabricante.

11.25. Informar e manter atualizado endereço eletrônico, mediante o qual se realizará o chamado técnico;

11.26. Fornecer as peças constantes da relação presente na Proposta e no instrumento vinculatório, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, salvo requerimento da empresa, solicitando dilação desse prazo por motivo excepcional. Motivo, esse, que será objeto de análise e manifestação da CONTRATANTE;

11.27. Caso não seja solucionado o defeito do equipamento em uma única visita técnica, sua solução deverá ser feita em visitas posteriores, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

11.28. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;

11.29. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

11.30. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento vinculatório; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da aquisição de serviços.

## **14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.4. A fiscalização, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da execução do objeto pactuado.

14.9. A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os parâmetros previstos nos itens 07 e 08 deste Projeto Básico, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste ~~Termo de Referência~~ projeto básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLT/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços,

nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a contar da data imediatamente posterior à data de finalização dos TESTES DE FUNCIONALIDADE e MANUTENÇÕES CORRETIVAS, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório, será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final dos Testes de Funcionalidade e de cada manutenção corretiva, o fiscal técnico irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da execução do objeto.

15.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2. No prazo de 10 dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório de Serviço Técnico, citado no item 08 deste Projeto Básico em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor da execução do objeto desta aquisição.

15.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório de Serviço Técnico deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução dos serviços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da execução dos serviços para recebimento definitivo. Previamente ao encaminhamento, caso este servidor possuir somente a competência para a fiscalização administrativa, os devidos registros técnicos deverão ser realizados por servidor tecnicamente capacitado e devidamente documentados.

15.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Relatório de Serviço Técnico ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do primeiro dia útil após a finalização do prazo do recebimento provisório dos serviços, o Gestor deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em instrumento vinculatório e por força das disposições legais em vigor.

15.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base nos parâmetros adotados e expostos nos itens 07 e 08 do Projeto Básico

15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal da execução dos serviços, qual seja, 15 (quinze) dias úteis, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.7. Na hipótese de verificação que o recebimento definitivo não se procedeu dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada no dia útil imediatamente posterior ao esgotamento do prazo.

15.8. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser estendido, caso a entrega da nota fiscal pela Contratada se dê posteriormente ao seu transcurso.

15.9. O recebimento definitivo dar-se-á somente quando os equipamentos estiverem em pleno funcionamento, atendendo todas as suas características nominais de fabricação.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do instrumento vinculatório e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da execução dos serviços, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido a execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.1.1. O Projeto Básico contempla o pagamento dos serviços somente após a execução e o recebimento definitivo por parte da Administração. Também, expressa sanções suficientemente detalhadas, que garantem a boa execução do objeto, inclusive sobre a retenção de pagamento em caso de inexecução total, parcial ou em desacordo com as exigências elencadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. Fraudar na execução dos serviços;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.1.6. Não manter a proposta;

19.1.7. Apresentar documentação falsa;

19.1.8. Descumprir qualquer dos deveres elencados no instrumento vinculatório.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. Multa de:

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor adjudicado, conforme detalhamento constante das tabelas 2 e 3, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor adjudicado por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão da execução dos serviços;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Projeto Básico.

19.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

19.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

Tabela 02- Graus de infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor total do serviço
2	0,4% ao dia sobre o valor total do serviço
3	0,8% ao dia sobre o valor total do serviço
4	1,6% ao dia sobre o valor total do serviço
5	3,2% ao dia sobre o valor total do serviço

Tabela 03- Descrições de infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
6	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução, os prepostos previstos nesta aquisição de serviços;	01
8	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Projeto Básico.

20.2. A exigência de qualificação econômica a ser atendida pelo fornecedor está previstos no item 5 do Projeto Básico.

20.3. A exigência de qualificação técnica a ser atendida pelo fornecedor está previstos no item 5 do Projeto Básico

20.4. Os equipamentos descritos na Tabela 1 deste Projeto Básico, são todos do mesmo fabricante, qual seja, empresa Life Technologies Corporation pertencente ao grupo empresarial Thermo Fisher Scientific. A Thermo Fisher Scientific adquiriu a Life Technologies Corporation, e esta última, tornou-se parte do Grupo de Soluções em biotecnologia e ciências da Vida da Thermo Fisher Scientific. A Life Technologies Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, é no Brasil, empresa exclusiva autorizada pela Life Technologies Corporation, para prestação de serviços de manutenção, assistência técnica e fornecimento de peças para os equipamentos por ela produzidos. Tal exclusividade justifica a escolha da empresa ThermoFisher para a execução dos serviços.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo total estimado da contratação é de de **R\$ 16.436,03 (Dezesseis mil quatrocentos e trinta e seis reais e três centavos)**. Tal valor foi obtido a partir de propostas comerciais da empresa Thermo Fisher Scientific, que detém exclusividade sobre os serviços nos equipamentos elencados neste Projeto Básico.

21.2. **CUSTOS DOS TESTES DE FUNCIONALIDADE:** O Projeto Básico contempla para o item 1, somente 01 (um) evento desta espécie para o equipamento, no período de vigência deste Projeto Básico. Para o item 2 não haverá testes de funcionalidade, pois para este equipamento, esta tais testes já foram realizados anteriormente.

Tabela 04- Estimativa de valores dos Testes de Funcionalidade

Item	Descrição dos Serviços e Equipamentos	Quantidade de equipamentos	Valor do Serviço	Valor do conjunto de peças
1	Serviços de testes de funcionalidade no equipamento Analisador Genético ABI 3500	1	5.329,24	4.475,00
2	Serviços de testes de funcionalidade no equipamento Analisador Genético ABI 3500	1	0,00	0,00
VALORES PARCIAIS			5.329,24	4.475,00
VALOR TOTAL DOS TESTES DE FUNCIONALIDADE = R\$ 9.804,24				

21.3. **CUSTOS DA MANUTENÇÃO CORRETIVA:** O Projeto Básico contempla uma manutenção corretiva para o equipamento do item 1. O mesmo quantitativo está previsto para o equipamento do item 2. A empresa *Thermo Fisher Scientific* estimou a quantidade de horas-técnicas para a manutenção corretiva de cada equipamento do item 1 e 2 da Tabela 1 deste Projeto Básico. Informou também o valor unitário da hora-técnica. Em relação às peças, a *Thermo Fisher Scientific* informou a quantidade e valores das peças a serem substituídas.

Tabela 05- Estimativa de valores da Manutenção Corretiva

Item	Descrição dos Equipamentos	Quantidade de equipamentos	Valor Unitário da hora técnica	Quantidade de horas técnicas	Valor do Serviço de manutenção corretiva	Valor unitário das peças da manutenção corretiva	Quantidade de peças da manutenção corretiva	Valor das peças da manutenção corretiva
1	Serviços de Manutenção corretiva para Analisador Genético ABI 3500	1	560,33	1	560,33	3.370,80	1	3.370,80
2	Serviços de Manutenção corretiva para Analisador Genético ABI 3500	1	560,33	2	1120,66	1.580,00	1	1.580,00
VALORES PARCIAIS					1.680,99			4.950,80
VALOR TOTAL DA MANUTENÇÃO CORRETIVA = R\$ 6.631,79								

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. A previsão dos recursos orçamentários consta do pré-empenho nº 2020PE000003 com a seguinte classificação: Evento 401081 - PTRES: 172371; Fonte: 0100000000; Elemento de Despesa: 339039; Pl: PF99900AG20.

23. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento, pela contratada, das notas de empenho; e após a solicitação de serviços, por parte da contratante, através do modelo proposto no Apêndice I deste Projeto Básico, ou por comunicação via correio eletrônico (e-mail), obedecendo os prazos de atendimento anteriormente estabelecidos.

24. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

24.1. Estarão cobertos pela garantia todos os serviços, peças e materiais decorrentes dos TESTES DE FUNCIONALIDADE E MANUTENÇÕES CORRETIVAS autorizada pela CONTRATANTE, por um período de 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento reparado na unidade de origem da CONTRATANTE ou da sua retirada da assistência técnica da CONTRATADA. O prazo de garantia poderá ser inferior ou superior de acordo com o prazo do fabricante.

24.2. A retirada de qualquer equipamento só será realizada mediante assinatura de ambas as partes em documento formal que deverá conter detalhes do equipamento e motivo da retirada;

24.3. A CONTRATADA será responsável pelo custeio das despesas de frete, seguro e embalagem dos equipamentos cobertos pela garantia tanto para o envio destes equipamentos para a assistência técnica como para a sua devolução à unidade de origem. Adicionalmente, a Contratante não será onerada, a qualquer título, em razão da execução de serviços cobertos pela garantia, sejam eles referentes à mão-de-obra, impostos, substituição de peças ou materiais ou outros custos operacionais que se fizerem necessários.

24.4. Não se aplica a garantia de serviços, peças e materiais se restar comprovado que o equipamento foi submetido a mau uso por parte da Contratante ou nas ocorrências de caso fortuito ou força maior.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados  
Atualização: Outubro/2019

Brasília/DF, 24 de março de 2020

**BRUNO RODRIGUES TRINDADE**

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Responsável pela APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

**GUSTAVO OTA UENO**

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Projeto Básico em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

**FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR**

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Diretor Técnico-Científico

**APÊNDICE I : SOLICITAÇÃO DE MANUTENÇÃO**

SOLICITAÇÃO DE MANUTENÇÃO		
Nº ____/20__		
1. Informações (preenchimento por parte da CONTRATANTE)		
Tipo de manutenção	Data	Nome/Cargo
( ) CORRETIVA		
	Telefone de contato	Assinatura
Solicitação		

<b>2. Considerações Técnicas (preenchimento por parte da CONTRATANTE)</b>		
<b>3. Recepção da Solicitação (preenchimento por parte da CONTRATADA)</b>		
Data	Hora	Nome/Cargo
Data prevista para atendimento	Data prevista para finalização	Assinatura
Comentários		


**APÊNDICE II : RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO**

<i>(logotipo da empresa)</i>	<b>RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO</b>	
	Nº ____/20__	
<b>1. Informações (preenchimento por parte da CONTRATADA)</b>		
Tipo de manutenção	Data	Nome/Cargo
( ) TESTES DE FUNCIONALIDADE		
	Telefone de contato	Assinatura
( ) MANUTENÇÃO CORRETIVA		
Motivo da solicitação, segundo a CONTRATANTE		
<b>2. Diagnóstico (preenchimento por parte da CONTRATADA)</b>		
Data e hora de início da intervenção	Nome e cargo dos interventores	
Diagnóstico inicial		
Solução para os problemas encontrados		
Peças e/ou outros materiais necessários		
<b>3. Recepção do Relatório de Diagnóstico (CONTRATANTE)</b>		
Data	Hora	Nome/Cargo


Aprovação (anexar comprovação dos valores das peças e materiais)	
( ) Aprovado	( ) Não aprovado
Comentários sobre o relatório de diagnóstico	Assinatura

**APÊNDICE III: RELATÓRIO DE SERVIÇO TÉCNICO**


<div> <div> <div></div> <div>(logotipo da empresa)</div> </div> <div> <div>RELATÓRIO DE SERVIÇO TÉCNICO</div> <div>Nº ____/20__</div> </div> </div>		
1. Informações (preenchimento por parte da CONTRATADA)		
Tipo de manutenção	Data	Nome/Cargo
( ) TESTES DE FUNCIONALIDADE ( ) MANUTENÇÃO CORRETIVA	Telefone de contato	Assinatura
Motivo da solicitação, segundo a CONTRATANTE		
2. Informações sobre a intervenção (preenchimento por parte da CONTRATADA)		
Data e hora de início da intervenção	Nome e cargo dos interventores	Data e hora do fim da intervenção
Diagnóstico inicial	Solução para os problemas encontrados	Peças e outros materiais utilizados
Descrição das atividades realizadas		
Observações		
3. Recepção da Solicitação (CONTRATANTE)		
Data	Hora	Nome/Cargo
Comentários sobre a intervenção e os resultados		Assinatura




Documento assinado eletronicamente por **BRUNO RODRIGUES TRINDADE, Perito(a) Criminal Federal**, em 25/03/2020, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO OTA UENO, Chefe de Divisão**, em 25/03/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR, Ordenador de Despesa**, em 25/03/2020, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14255901** e o código CRC **1218871B**.